

REDES GLOBAIS DE PRODUÇÃO (RGP_s) E CONFLITO SOCIOAMBIENTAL: A VALE S.A. E O COMPLEXO MINERÁRIO DE ITABIRA¹

GLOBAL PRODUCTION NETWORKS E SOCIOENVIRONMENTAL CONFLICT: VALE S.A. AND THE ITABIRA MINING COMPLEX, BRAZIL

Rodrigo Salles Pereira dos Santos
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
santosrodrigosp@hotmail.com

Bruno Milanez
Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF)
bruno.milanez@uff.edu.br

Resumo: O artigo discute o nexu corporativo do Complexo Minerário de Itabira, Minas Gerais, na Rede Global de Produção da Vale S.A., analisando a interação de agentes diversificados (firma, Estado, trabalhadores e movimentos sociais) a partir das categorias conceituais do modelo, valor, poder e enraizamento. Destaca a estratégia corporativa de substituição de reservas com vistas à criação de valor, o exercício do poder corporativo e os limites à contestação social à indústria extrativa mineral no município, assim como a dimensão do enraizamento social no comportamento dos agentes e das possibilidades recentes de exercício do poder coletivo por parte de trabalhadores e da sociedade civil e condições de enraizamento territorial. A discussão contribui para a compreensão da organização de redes e firmas extrativas, assim como para as condições de formação e consolidação de sua regulação pública e social.

Palavras-chave: redes globais de produção (RGP_s); conflito socioambiental; poder corporativo; mineração; Vale

Abstract: We discuss the Itabira Mining Complex corporate node in the Global Production Network of Vale SA in Minas Gerais, Brazil, and analyze its different agents' interaction (firm, state, workers and social movements) based on conceptual categories such as value, power and embeddedness. The paper highlights a strategy of reserves replacement in order to create value; the exercise of corporate power and the limits to social contestation to the mining industry in Itabira; as well as the role of social embeddedness in inducing agents' behavior and recent possibilities of exercising collective power by workers and civil society, but also the

¹ Os autores agradecem FAPERJ, FAPEMIG e CNPq pelo apoio à pesquisa, e às bolsistas Carolina Lucinda Guimarães e Sabrina de Oliveira Castro pela colaboração em diferentes momentos da pesquisa.

conditions for territorial embeddedness. The discussion contributes to a better understanding of the organization of extractive firms and networks, as well as for the conditions of its public and social regulation.

Keywords: global production networks (GPNs); socioenvironmental conflict; corporate power; mining; Vale

INTRODUÇÃO

O debate interdisciplinar acerca da globalização econômica compreende a corporação transnacional (CTN) como eixo organizativo da vida econômica contemporânea, mediante a expansão progressiva de seus mecanismos de controle acerca dos ambientes em que atua (Dicken, 2011a). Assim, a CTN impactaria a política e os Estados-nação, a sociedade e as condições de exercício da democracia, assim como os próprios territórios nos quais as relações sociais se concretizam. Ademais, as transformações recentes nos modos de operação das CTNs teriam ampliado suas capacidades de agência racional e consistente, de mobilização geográfica de recursos e, principalmente, de influência sobre o comportamento de outros agentes, econômicos, políticos e sociais.

Dentre essas transformações, o formato organizacional em rede (Castells, 1999) tem deslocado a investigação empírica de uma perspectiva centrada em agentes específicos para modelos de agências múltiplas e interativas (Santos, 2011), capazes de apreender a reciprocidade da interação em sistemas concretos de relações de poder territorializadas. Por sua vez, estes têm, ainda, atentado para a importância das relações sociais *lato sensu* na configuração dessas redes, expandido a noção de enraizamento (Hess, 2004; Heidenreich, 2012) e representando-a de forma multidimensional (Henderson *et al.*, 2011).

A emergência da abordagem de Redes Globais de Produção (RPGs) no início dos anos 2000 constitui um ponto de inflexão nessa trajetória. A abordagem foi desenvolvida a partir do projeto de pesquisa *Making the Connections: global production networks in Britain, east Asia and eastern Europe*, liderado pelo Prof. Peter Dicken, da Universidade de Manchester, Reino Unido; e posteriormente, replicada em um conjunto amplo de setores e territórios, tanto no contexto da geografia econômica, quanto no da sociologia econômica. Entretanto, tanto as indústrias extrativas quanto a América Latina, e o Brasil, em particular, permanecem insuficientemente explorados em suas aplicações (Bridge, 2008; Milanez e Santos, 2013; Wilson, 2013).

Nesse sentido, este trabalho busca contribuir para a diversificação das aplicações empíricas do modelo, enfocando a indústria extrativa de ferro e sua principal região brasileira, o Quadrilátero Ferrífero (Milanez e Santos, 2013). Objetiva ainda, analisar um contexto socioeconômico de encerramento do ciclo mineral, a

partir do entrecruzamento dos processos relacionados a valor, poder e enraizamento e da agência mutuamente influente desempenhada pela firma, pelo Estado, por trabalhadores e por organizações e movimentos sociais. Finalmente, o artigo se apoia em uma aplicação focalizada do modelo (Sovacool, 2012), tomando como objeto de análise a ampliação do Complexo Minerário de Itabira, em Minas Gerais, como um nexo corporativo estratégico da RGP de minério de ferro da Vale S.A.

A metodologia empregada para a realização da pesquisa, de cunho qualitativo, abrangeu dados secundários sobre o estado de Minas Gerais e Itabira, obtidos a partir de fontes documentais oficiais, de imprensa e estatísticas; e, principalmente, dados primários em escala local, construídos em um período de trabalho de campo em março de 2015, que envolveu observação participante, entrevistas com roteiro semiestruturado e conversas informais.

O artigo foi organizado em três seções, além desta Introdução. A seção 2 discute o modelo teórico-metodológico das RGPs, apresentando suas categorias-chave. A seção 3 aplica o modelo e suas categorias analíticas de modo a compreender os conflitos socioambientais que envolvem os principais agentes da rede: firma, Estado, trabalhadores e movimentos sociais, bem como suas categorias analíticas. Por fim, as considerações finais resumem as principais questões levantadas e avaliam seus limites e possibilidades futuras.

A ABORDAGEM DAS REDES GLOBAIS DE PRODUÇÃO (RGP)

Redes globais de produção (RGPs) **são configurações** integradas e geograficamente dispersas “de funções e operações interligadas através das quais bens e serviços são produzidos, distribuídos e consumidos” (Henderson *et al.*, 2011, p. 153). Embora constituam formas organizacionais privilegiadas de expressão da globalização, dizendo respeito à corporação transnacional (CTN) e seus esforços de coordenação de pessoas e recursos, elas não são definidas de forma exclusiva, ou mesmo controladas de modo pleno por firmas. Nesse sentido, RGPs não se confundem com mercados ou setores econômicos, abarcando agentes econômicos, políticos e sociais diversificados, que desempenham papéis relevantes na conformação empírica da rede. O modelo teórico-metodológico se baseia em três categorias conceituais estruturantes.

Valor

No que diz respeito ao **valor**, o modelo combina dinâmicas relacionadas à extração de mais-valia via processo de trabalho com formas específicas de obtenção de recursos adicionais por parte de algumas empresas, entendidas a partir do conceito de renda (Henderson *et al.*, 2011). Nessa esfera, a capacidade de mobilização

de recursos constitui fonte de autonomia e influência relativamente superiores dos agentes econômicos em relação a agentes políticos e, principalmente, sociais.

Primeiramente, o processo de *criação* de valor abarca tanto a conversão do trabalho abstrato em concreto via processo de trabalho, conectando-se à tecnologia, qualificação, condições e relações de trabalho – dentre as quais se destacam formas de contratação e os direitos a elas associados; quanto as condições assimétricas de obtenção de rendas diferenciais em função: do controle parcial e/ou temporário de inovações tecnológicas e organizacionais, da coordenação de relações com organizações competidoras (por exemplo, alianças estratégicas) e complementares, da consolidação de marca, assim como da exploração de vantagens relacionadas à regulação do comércio exterior (Henderson *et al.*, 2011, p. 156). Processos desse tipo tendem a ser impactados por grupos específicos de agentes sociais, por exemplo, trabalhadores e consumidores, que, com frequência, resistem e mesmo frustram estratégias corporativas.

Os processos de *ampliação* de valor remetem às condições de regulação institucional da atividade econômica, tornando relevante os papéis de agências governamentais e grupos de interesse influentes. A ampliação de valor diz respeito às formas de difusão e transferência tecnológica e organizacional internas e/ou externas à rede; à capacidade de cooperação interna e externa à firma, com vistas ao aperfeiçoamento de bens e serviços, assim como à demanda por qualificações e habilidades progressivamente mais complexas; e, finalmente, à capacidade de obtenção de rendas próprias por parte de firmas previamente subordinadas na rede.

Não obstante, as condições de *captura* do valor são essencialmente políticas e sociais, à medida que as atividades econômicas dependem da mediação de agentes políticos institucionais e agentes sociais, que buscam fazer valer seus interesses e produzem impactos territoriais importantes. A captura de valor compreende a política governamental, por meio de tributação efetiva e diferentes formas de isenção fiscal e creditícia, políticas de conteúdo local, assim como questões relativas a direitos e estruturas de propriedade, repatriação de lucros, etc.; os limites e possibilidades de acesso, controle e gestão da propriedade de ativos econômicos, envolvendo políticas setoriais de limitação da participação de capital externo, por exemplo; assim como padrões de regulação de e participação nos resultados econômicos de CTNs, no âmbito da governança corporativa. Por sua vez, formas de ação coletiva levadas a cabo por sindicatos e movimentos sociais, que busquem influenciar padrões de remuneração e direitos trabalhistas, compensações ambientais e provimento de infraestrutura, por exemplo, podem igualmente capturar valor e influenciar a ação corporativa e seus resultados.

Poder

Em segundo lugar, o uso da categoria **poder** permite enfocar mais detidamente o papel dos agentes na conformação das RGP's e das atividades econômicas de modo geral. Poder diz respeito à “capacidade que um ou mais agentes têm de influenciar o comportamento de outros agentes em um sentido previamente estabelecido” (Santos, 2011, p. 134). Essa capacidade é distribuída assimetricamente entre agentes de diferentes tipos, econômicos, políticos e sociais, sendo influenciada por elementos contextuais alheios a suas decisões. Essa concepção relacional possibilita investigar sistematicamente relações complexas por meio de contextos interativos territorializados, estabelecendo três fontes ou formas de seu exercício.

O poder *corporativo* é definido como uma propriedade unidimensional, relacionada à capacidade dos agentes econômicos, em especial firmas-líderes, de influenciar decisões de outros agentes de mesmo tipo. A noção pode, no entanto, ser alargada para dar conta da influência exercida pelo controle de recursos específicos (contratos, empregos, salários, tributos, etc.) por parte de agentes econômicos sobre diferentes tipos de agentes. Esse entendimento destaca estratégias de atração de investimentos, influentes sobre a legitimidade governamental em diferentes escalas; formas de consentimento da força de trabalho, diante de condições de mercado inseguras; mas também percepções comunitárias (ou sua ausência) acerca do comportamento corporativo quanto às dimensões ambiental e social, dentre outros elementos.

Por sua vez, o poder *institucional* é visto como propriedade específica de agentes políticos, estatais e interestatais, em diferentes escalas. O Estado e suas agências representam o agente prototípico desta fonte de poder, influenciando a constituição, desenvolvimento e transformação das condições da atuação dos agentes econômicos. Nesse sentido, o exercício de poder com vistas a “influenciar o investimento e outras decisões de firmas” (Henderson *et al.*, 2011, p. 158) se soma a formas mais cotidianas de regulação de suas estratégias, por meio de processos de licenciamento e adequação ambiental, resolução jurídica de conflitos trabalhistas. No entanto, o poder institucional condiciona também o comportamento dos agentes sociais, restringindo, por exemplo, formas não institucionais de ação coletiva, como ocupações de propriedade, etc.

Finalmente, a categoria poder *coletivo* diz respeito à capacidade de agentes sociais de influenciar comportamentos por meio de suas organizações e formas de ação coletiva. “Exemplos de tais agentes coletivos incluem sindicatos, associações patronais e organizações que promovem determinados interesses econômicos (por exemplo, as de pequenas empresas), ONGs preocupadas com os direitos humanos, questões ambientais, etc.” (Henderson *et al.*, 2011, p. 158). Nesse sentido, envolvem processos de contestação social (Hommel e Godard, 2005) de atividades econômicas

e empresas, assim como de seus reguladores públicos, que podem incorporar elementos morais econômica e politicamente relevantes.

Enraizamento

O **enraizamento** consiste na “influência das relações sociais *lato sensu* sobre a atividade econômica e seus agentes” (Santos, 2011, p. 136), assim como sobre o comportamento dos agentes não econômicos. Nesse sentido, RGP’s “conectam aspectos dos arranjos sociais e espaciais nos quais aquelas firmas estão enraizadas e que influenciam suas estratégias e os valores, prioridades e expectativas dos gestores, trabalhadores e comunidades” (Henderson *et al.*, 2011, p. 159). Desse modo, as condições concretas da ação assumem dimensões sociais de origem, territoriais e mesmo internas às redes que os agentes integram.

A forma *social* do enraizamento diz respeito à origem dos agentes e a seus processos constitutivos. Com relação às empresas em especial, contextos sociais e culturais (em grande medida, nacionais) tendem a moldar padrões comportamentais específicos. Apoiando-se na literatura de variedades de capitalismo (Hall e Soskice, 2001), a abordagem das RGP’s enfatiza os papéis “da política de Estado e do quadro legal” (Henderson *et al.*, 2011, p. 159), embora sejam relevantes também as trajetórias setoriais e os padrões históricos de interação com o Estado, trabalhadores e consumidores. Exemplarmente, CTNs previamente monopólicas e estatais tendem preservar aspectos organizacionais inadequados a condições competitivas, tais como a manutenção de ativos imobiliários em desuso, práticas autoritárias de gestão das relações de trabalho e sindicais, comportamentos reativos de negação em face da contestação social, etc.

O enraizamento *territorial* enfoca a dimensão de destino da ação econômica. A despeito da definição racional de estratégias e objetivos, firmas e redes interfirma absorvem e são compelidas por dinâmicas econômicas, políticas e sociais existentes nos territórios em que se instalam (Henderson *et al.*, 2011, p. 160). Firmas-líderes de RGP’s objetivam controlar variáveis ‘ambientais’ nos territórios em que operam, tomando, por exemplo, decisões locais estratégicas. Nesse sentido, localidades caracterizadas por custos de mão de obra elevados e ação coletiva sindical confrontacional, por exemplo, tendem a ser evitadas, em favor de novos implantes em regiões *greenfield*. Entretanto, padrões desse tipo produzem efeitos contraditórios, por exemplo, preservando padrões de uso e remuneração do trabalho depreciados, mas enfrentando o aprendizado relativamente acelerado de práticas de contestação social, em especial, paralisações e greves (Ramalho, Santos e Lima, 2013).

Por fim, o enraizamento *de rede* refere-se à dimensão intermediária das “conexões entre membros da rede”, vinculando questões de forma e temporalidade das relações (Henderson *et al.*, 2011, p. 160). Teorizado a partir do aspecto econômico, este tipo de pode ser igualmente estendido às interações entre agentes econômicos

e não econômicos, considerando que relações entre empresas, governos e comunidades podem se desenvolver a partir de formas verticais ou horizontais, de longo prazo ou episódicas, dotadas de conteúdo moral, etc. Do mesmo modo que relações de confiança tendem a reduzir custos de transação econômicos, padrões de interação empresa-sociedade tendem a influenciar de modo importante os comportamentos dos agentes, produzindo resultados específicos.

O COMPLEXO MINERADOR DE ITABIRA

A firma: A Vale S.A. e a estratégia de substituição de reservas

A Vale é a segunda maior CTN mineradora do mundo. Possui sede no Brasil e operações de extração na África (Moçambique e Zâmbia), América (Brasil, Canadá e Peru), Ásia e Oceania (China, Indonésia e Nova Caledônia). Em 2014, sua receita operacional líquida foi de US\$ 37,5 bilhões, concentrada em minerais ferrosos (68,5%), particularmente minério de ferro (51,4%) e pelotas (14%). Metais básicos responderam por 20,5% da receita, em especial níquel e subprodutos (16,6%); e fertilizantes por 7,4%, destacando-se fosfatados (4,8%); além de outros produtos e serviços (2,7%) (Vale, 2015a, p. 21).

As operações da empresa foram iniciadas com a incorporação de jazidas da Itabira Iron Ore Company e a criação da estatal Companhia Vale do Rio Doce S.A. (CVRD) no âmbito dos Acordos de Washington, em 1942. Os acordos envolveram os governos do Brasil, EUA e Reino Unido no estabelecimento das infraestruturas de extração, ferroviária e portuária com vistas a mitigar a escassez internacional de ferro em condições de guerra (Triner, 2011, p. 86). Em 2014, a empresa possuía 158,1 mil trabalhadores diretos e subcontratados no Brasil, 77% de sua força de trabalho no mundo (Vale, 2015b, p. 55), embora o mercado nacional respondesse por apenas 15,8% de sua receita, atrás da China, com 33,7% (Vale, 2015a, p. 95).

O chamado Complexo Minerador de Itabira possui reservas de 900 milhões de toneladas – Mt. (Reis, 2014, p. 52) e compreende: 1. a mina Cauê, inaugurada com a própria empresa em 1942 e hoje exaurida; a mina de Conceição, operada desde 1957 e com previsão de exaustão para 2025; e as minas do Meio – cuja exploração se iniciou em 1976 e deve se estender até 2022, que abarcam as cavas Dois Córregos, Periquito, Onça, Chacrinha e Alto Esmeril; 2. as Unidades de Tratamento de Minerais (UTMs) Cauê e Conceição; e 3. as barragens de contenção de rejeitos de Conceição, Itabiruçu, Pontal e Rio do Peixe; além de dezesseis pilhas de disposição de estéril e outras estruturas de apoio. A capacidade de extração anual do Complexo é de 39,69 Mtpa. (IEF, 2013, p. 3; Vale, 2015a, p. 72), se conectando ao porto de Tubarão, em Vitória (ES), por meio da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) ao longo de 905 km (Vale, 2015a, p. 61).

Após inauguração do projeto Conceição Itabiritos I, que compreendeu uma nova UTM para o processamento de itabiritos de baixo teor (entre 40 e 42% de ferro), aumentando a capacidade do sistema em 12 Mtpa., em fins de 2013 (Reis, 2014, p. 52), os novos investimentos da empresa no Complexo contemplaram: US\$ 1,19 bilhão para o projeto Conceição Itabiritos II, de adaptação e expansão da UTM Conceição para o processamento de até 19 Mtpa.; e US\$ 1,5 bilhão para o projeto Cauê Itabiritos, igualmente uma adaptação da UTM Cauê para o beneficiamento de até 24 Mtpa (Reis, 2014, p. 54; Vale, 2015, p. 80).

No momento do anúncio dos investimentos, o Gerente Geral de Operações do Complexo, Júlio Yamacita, afirmava que o processamento de “minérios pobres” daria “vida maior às [...] instalações em Itabira”, ao longo de “20 ou 25 anos” (Reis, 2012). A visão da representação sindical acerca dessa orientação acentua de maneira similar o prolongamento temporal da relação entre empresa e território, prorrogando o enfrentamento das condições socioeconômicas do fim do ciclo de exploração mineral:

É um minério mais pobre, um minério de baixo teor de ferro, que antes não tinha mercado [...]. Construiu essa usina lá pra beneficiar [o itabirito de baixo teor] e vai fazer ‘blendagem’ com outros minérios mais ricos. Então, isso aí é uma ‘segunda safra’ do minério que eles falam, porque tem esse minério da mina de Conceição, que é uma reserva muito grande mesmo [...] (Ferreira, 2015).

De fato, o desenvolvimento da tecnologia de beneficiamento de itabiritos compactos de baixo teor deve permitir a empresa reduzir a “demanda por áreas de disposição de estéril” e o “volume das pilhas já existentes”, mas principalmente, converter cerca de “500 Mt de recursos em reserva” (SUPRAM/LM, 2010, p. 4). Assim, esses investimentos representam uma estratégia de criação de valor condicionada pelo imperativo de substituição de reservas (Bridge, 2008, p. 403) e, portanto, pelo enraizamento material (Pinch e Swedberg, 2008, p. 6) que incide fortemente sobre a empresa em Itabira no contexto de depleção qualitativa e quantitativa de sua base física.

O enraizamento material consiste na influência dos objetos materiais e da dimensão física no condicionamento das relações sociais e econômicas. A noção é particularmente adequada à compreensão das redes extrativas minerais e da RGP do minério de ferro (Milanez e Santos, 2013), em função de suas características de rigidez locacional, economias de escala e dependência de sistemas logísticos de grande porte. Nesses setores, CTNs enfrentam condicionamentos materiais comparativamente mais relevantes, moldando estratégias territoriais de acesso a recursos e investimentos em P&D voltados à eficiência de sua utilização, mas também suas relações com os agentes políticos e sociais, cujas identidades e interesses são igualmente construídos em interação com o meio físico.

O Estado: governos e limites do exercício do poder institucional

A regulação pública da Vale em Itabira e no estado de Minas Gerais carrega fortes marcas de enraizamento territorial e social. Primeiramente, a extração mineral é constitutiva de sua formação econômica, remontando à exploração aurífera colonial e assumindo centralidade na industrialização nacional por meios da extração de ferro desde os anos 1940. Em 2012, a indústria extrativa mineral correspondia a cerca de 5,24% do PIB estadual (FJP, 2013, p. 10).

Nessas condições, a arrecadação tributária estadual se vincula ao papel econômico da mineração, de modo que os recursos da Compensação Financeira pela Exploração Mineral (CFEM) representam fonte suplementar relevante, tendo atingido R\$ 800,7 milhões em 2014, 46,8% do total nacional (DNPM, 2014). Por conseguinte, o Governo do Estado de Minas Gerais, com o apoio da Associação Mineira de Municípios (AMM) e de outras organizações, lançou a campanha “Minério com mais Justiça” em 2012 (Batista Jr., 2014, p. 438). Definida pelo Senador Aécio Neves (PSDB) como uma “campanha cívica em favor de Minas [Gerais] e das futuras gerações de mineiros” (Neves, 2012), a mobilização objetiva mudar as regras da CFEM com vistas à expansão do volume arrecadado por estados e municípios mineradores, representando uma estratégia de captura de valor por parte do Executivo estadual.

No que concerne ao município, Itabira depende em grande medida de repasses da União, destacando-se a contribuição do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e da CFEM na receita orçamentária municipal, com 8,63% e 15,38%, respectivamente. Um segundo aspecto dessa relação de dependência diz respeito à participação de empresas mineradoras no financiamento dos pleitos eleitorais para o Executivo municipal, compondo o portfólio de doadores da campanha de 2012 do atual prefeito Damon Lázaro de Sena (PV), assim como o de seu adversário.

Não obstante, a contestação às operações da empresa em Itabira assumiu uma forma específica de crítica ambiental a partir dos anos 1980, tendo por marco o Encontro das Cidades Mineradoras (1984), que deu origem ao Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente (CODEMA). O novo cenário da crítica se manifestaria por meio de duas ações civis públicas contra a corporação em 1986 e 1992, que conduziram ao estabelecimento de acordo de adequação ambiental com o Ministério Público em 1993 (De Souza; Souza e Silva, 2002, p. 6-7).

Diante da ampliação das pressões governamentais capitaneadas pela Fundação Estadual de Meio Ambiente (FEAM) para a adequação ambiental das mineradoras do Quadrilátero Ferrífero, que, no caso da Vale, se agravariam com a privatização em 1997, foi concedida uma Licença de Operação Corretiva (LOC) do Complexo Minerário de Itabira no ano de 2000 (Altíssimo, 2010, p. 43-4). A LOC demandou o cumprimento de “54 condicionantes, reunindo ações de controle operacional do processo de mineração, reabilitação de áreas degradadas,

compensação ambiental e melhoria da qualidade de vida no município” (Vale, 2013, p. 268).

Desde então, as condicionantes da LOC tornaram-se uma questão pública em disputa, com a empresa afirmando haver cumprido plenamente e/ou encaminhado sua resolução, com o apoio agentes políticos relevantes, como a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e o Ministério Público; e outros agentes políticos e sociais contestando essa posição, por exemplo alguns técnicos da Secretaria de Meio Ambiente e membros da Diocese de Itabira. Em realidade, a disputa se relaciona aos padrões de relacionamento entre empresa e território e, conseqüentemente, às relações específicas estabelecidas entre os agentes e seus fins com as operações da Vale.

Os trabalhadores: o Metabase Itabira e os limites do poder coletivo

Os trabalhadores da Vale são representados pelo Sindicato Metabase de Itabira e Região, entidade com base territorial de trinta municípios e que possui atualmente 5.479 associados. “Desse total, ainda estão na ativa 2.699 membros, sendo 2.439 trabalhadores da Vale e 268 de terceirizadas e das empresas Belmont/Itamix, Anglo e Fermag” (Diário de Itabira, 2015b, p. 3). Sua atividade é marcada historicamente pela ausência de conflito aberto com a corporação, reconhecendo-se por um padrão assistencialista inicial (Diário de Itabira, 2015b, p. 3). A própria fundação da entidade respondeu a estratégias corporativas de controle do processo de trabalho e da vida dos trabalhadores, no esteio da primeira greve no município, realizada em 1945 (Minayo, 2004, p. 124-5).

Entretanto, uma segunda mobilização, realizada em março de 1989, assumiria uma dimensão ampla, incorporando mais de vinte sindicatos e convertendo-se em uma greve geral (Diário de Itabira, 2015b, p. 5). Motivada por demandas de “reajuste e reparação de perdas salariais” (Diário de Itabira, 2015b, p. 3) em um contexto inflacionário, se inseriu em um ciclo de mobilizações induzido pelo processo de privatização – que se manifestaria em Itabira por meio de programas de desligamento voluntário e aposentadoria incentivada, assim como por demissões em massa (Carvalho, 2014, p. 104). O Sindicato participaria das mobilizações no Congresso Nacional que resultaram na Lei da Anistia Trabalhista (Lei nº 8.878, de 1994) e lideraria atos e protestos contra a privatização da Vale junto a “outros segmentos organizados, como a igreja, partidos políticos, prefeitura, câmara, etc.” (Carvalho, 2014, p. 105) entre 1993 e 1997.

Um terceiro momento de inflexão desta trajetória sindical diz respeito à crise de 2008 e à reorientação da estratégia de relações de trabalho e sindicais da Vale, que propôs a suspensão temporária de “contratos de trabalho por seis meses”, assim como a demissão de cerca de metade de sua força de trabalho no município. Cerca de 1,5 mil demissões foram efetivadas, em sua maioria de terceirizados (Diário de

Itabira, 2015b, p. 3; 8). Mobilizações junto à sociedade civil foram conduzidas, dando origem à Frente em Defesa do Emprego e das Cidades Mineradoras, e a episódios como o Ato Público de janeiro de 2010 contra as demissões. Visto positivamente pelos dirigentes sindicais, esse movimento teria influenciado as decisões demissionais (Carvalho, 2014, p. 106). Segundo o Presidente do Sindicato, Paulo Soares de Souza: “Foi um momento muito forte. Foi o dia em que todos de Itabira disseram não à Vale” (Diário de Itabira, 2015b, p. 8).

Em março de 2015, seus dirigentes contestavam um novo fluxo de demissões “de dezenas de trabalhadores” (Metabase Itabira, 2015, p. 1), realizando protestos nas portarias de empresa, assim como em outros pontos da cidade e na Câmara Municipal, embora com baixa adesão (Diário de Itabira, 2015a). Assim, seus dirigentes têm sido questionados por parte da oposição sindical local quanto à instrumentalização das relações com centrais sindicais, assim como por subordinar-se à corporação, perdendo legitimidade diante dos trabalhadores e da comunidade. Nas palavras de uma das lideranças críticas: “Eu sou de oposição ao sindicato que... hoje é a ‘pérola’... da Vale [...]. Foram ligados à CUT. Depois à CONLUTAS. Depois à CUT de novo, né?! É de acordo com as conveniências do momento, né?!” (Gonzaga, 2015).

Nesse sentido, o exercício do poder coletivo por parte do Metabase Itabira é definido pela baixa propensão a ações confrontacionais, característica enraizada territorialmente em uma configuração monoindustrial de dependência econômica e oferta de emprego organizada em torno da Vale. É ainda limitado pela estratégia de relações de trabalho e sindicais da empresa, que fragmenta os processos de negociação coletiva por sindicatos, minando as condições de formação de uma “Rede Sindical dos trabalhadores da Vale no Brasil”, criada em 2007, embora dissolvida dois anos depois (Carvalho, 2014, p. 110).

Organizações e movimentos sociais: limites e possibilidades da contestação

A contestação social dos demais agentes sociais à atuação da Vale e à regulação estatal de seu comportamento é, similarmente, influenciada pelo poder corporativo. Desse modo, observa-se que as organizações da sociedade civil divergem quanto ao seu alvo, predominando o enfoque sobre a incapacidade técnica e política do governo local de redefinir mecanismos e objetivos públicos independentes da indústria extrativa mineral, assim como de regular sua operação, particularmente no que diz respeito à dimensão ambiental. Essa perspectiva questiona ainda, de modo difuso, a sociedade local, como se verifica na fala da Diretora de Estratégias Corporativas da Fundação Comunitária de Ensino Superior de Itabira (FUNCESI), que tem como instituidores a Prefeitura e a Câmara Municipais, a Diocese de Itabira/ Coronel Fabriciano, além da própria Vale.

Onde que tá a chave pro ganho pro município de uma mineradora como essa? Quem é que tem que saber negociar? Quem é que tem que saber implantar? [...] A comunidade... a população tem poucas ferramentas ou não enxerga quais são. [...] A gente não [se] prepara pra escolher bem, né?! [...] Elegeram o tal... prefeito de Itabira, os vereadores e tal. E aí? Esquecem que quem faz a relação da população com a Vale... Não adianta reclamar da Vale, ir pra uma reunião... [...] O que é cobrado pelo poder público? O poder público tem as ferramentas. Qualquer licenciamento da Vale, ou de qualquer outra empresa, passa pelo município, lógico. Ela tem que ter anuência do município. Então, é um despreparo muito grande... uma desorganização... ou uma falta de organização civil, né?! (Pantuza, 2015).

Esse elemento é característico do volume do poder corporativo da Vale em Itabira, confinando o questionamento às suas atividades a uma dimensão gestonária, isto é, centrada nas competências governamentais e nos canais institucionalizados de participação social, e, portanto, de redirecionamento do próprio eixo da contestação social. Nesse sentido, a contestação assume caráter episódico, pontuado, em grande medida, por momentos de tensão em torno da disputa territorial entre o espaço urbano e seus habitantes e a expansão das atividades de exploração, transporte e deposição de resíduos da empresa.

A contínua reconfiguração do conflito se expressa em rodadas sucessivas de “retração da malha urbana”, isto é, da supressão das aglomerações operárias da Vila Sagrado Coração de Jesus, Vila Conceição de Cima e Vila Cento e Cinco e dos bairros da “cidade pública”, como o Aglomerado da Camarinha e, em especial, da Vila Paciência (De Souza, 2007, p. 81), cujos moradores se encontram sob pressão para o estabelecimento de uma zona de amortecimento para a expansão do Complexo Minerário de Itabira.

Aqui tem um bairro [que se] chama Vila Paciência e eles detonaram ali em cima. Deram fogo ali, explosão. E caiu pedra em cima das casas. Onde se já viu zona rural ser dentro da rua, dentro da cidade? A rodovia passa ali, os caminhões tão passando ao lado. Como é que ali é a zona rural? [...] Na Vila Conceição onde tem a mina, era um bairro. Tinha transporte coletivo, ruas calçadas, supermercado, escola... Era zona urbana [e] voltou a ser zona rural. Nunca vi isso. Isso é um retrocesso (Ferreira, 2015).

De fato, a despeito da tipologia do valor apresentada, a estratégia corporativa da Vale em Itabira vem exemplificando um padrão específico de “destruição de valor” (Dicken, 2011a) não compreensível exclusivamente a partir da dimensão ambiental, embora envolva processos de desflorestamento e supressão de solo fértil, contaminação hídrica, etc. Assim, processos de desvalorização e destruição de valor em âmbito econômico, relacionados, por exemplo, a desapropriações, avanço de frentes minerárias sobre zonas urbanas e rurais e de degeneração da infraestrutura urbana e de sistemas de abastecimento hídrico, dentre outros, afetam negativamente as formas de capital fixo, em grande parte, providas pelo Estado, e reconstruem o

ambiente como condição necessária (Harvey, 2013, p. 315) da operação da Vale em Itabira.

A diversidade e generalidade dos impactos negativos da mineração no Quadrilátero Ferrífero assumem, ainda, uma dimensão especificamente social, induzindo reações dotadas de forte componente moral. Nesse sentido, a realização do 1º Encontro da Província Eclesiástica de Mariana sobre o Meio Ambiente em 2014, reunindo as dioceses de Mariana, Caratinga, Governador Valadares e Itabira/Coronel Fabriciano, consolidou uma visão essencialmente negativa do comportamento empresarial, verificando “sinais de morte” associados à “desvalorização e [...] desumanização do ser humano”, por meio do tráfico e consumo de drogas, da exploração sexual e da incidência de doenças físicas e mentais (Província Eclesiástica De Mariana, 2014, p. 33-4). Desse modo, a formação da Comissão de Meio Ambiente provincial em fevereiro 2015 desafia a hegemonia da Vale no território, compreendendo seu comportamento como “o grande desafio de nossa província” (Província Eclesiástica de Mariana, 2015, p. 1).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho analisou o nexos corporativo do Complexo Minerário de Itabira da RGP da Vale. Desse modo, a descrição e interpretação do comportamento dos agentes econômicos, políticos e sociais em escala local correspondeu a uma aplicação focalizada da abordagem teórico-metodológica apresentada, apoiada nas dimensões conceituais de valor, poder e enraizamento. Esse enfoque permitiu avanços analíticos, proporcionando uma compreensão multicêntrica por meio do cruzamento entre as categorias, e seu enquadramento em contextos histórico e geográfico.

A análise evidenciou uma capacidade desproporcional de exercício do poder corporativo por parte da Vale, o que pode ser explicado por sua posição única nos mercados mundial e nacional de minério de ferro. Entretanto, esse exercício assume contornos complexos, dependendo da criação de valor via substituição de reservas e de investimentos em P&D substanciais. Nesse sentido, sua operação em Itabira demonstra um padrão específico de enraizamento material – contribuindo para o aperfeiçoamento da tipologia do enraizamento via novos estudos de RGPs minerais –, mostrando-se dependente também de novas estratégias de legitimação, por exemplo, através da generalização da noção de “safra de minério” no discurso corporativo, institucional e mesmo coletivo.

O poder corporativo se manifesta ainda por meio de uma coalizão com interesses estatais, envolvendo estratégias governamentais de captura de valor em escalas estadual e municipal – agravadas por níveis elevados de dependência econômica nesta última. Não obstante, a diversidade dos agentes estatais e diferentes níveis de poder institucional permitiram a emergência de uma dimensão da contestação propriamente ambiental, assim como promoveram sua

institucionalização, fazendo da Licença Operacional Corretiva (LOC) o mecanismo central da conformação dos conflitos socioambientais no município.

Em paralelo, a trajetória da ação coletiva sindical no município vem demonstrando limitada propensão ao conflito, em face da formação socioeconômica e configuração atual do mercado de trabalho no Quadrilátero, sendo ainda influenciada pelas mudanças na estratégia de relações de trabalho e sindicais da Vale ao longo do tempo. Apesar destas limitações estruturais, a contestação da própria ação sindical explícita disputas acerca do exercício do poder coletivo na cidade, exibindo padrões complexos de aliança e oposição.

Nesse sentido, organizações não governamentais e movimentos sociais no município, embora expressivos de formas de contestação igualmente episódicas, vêm desempenhando papéis progressivamente mais relevantes em face de conflitos territoriais atualizados permanentemente. Embora diverjam quanto ao alvo da contestação, enfocando predominantemente o governo local – o que evidencia, ainda, seu confinamento a uma dimensão gestonária como efeito específico do poder corporativo – os novos processos de destruição de valor derivados da expansão do Complexo Minerário de Itabira e seus impactos socioeconômicos vêm sendo cada vez mais contestados por agentes sociais significativos, reposicionando a Vale no centro da contestação social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTÍSSIMO, S. P. D. **Itabira e a Vale: relatos históricos a partir do licenciamento ambiental corretivo do distrito ferrífero (1996-2010)**. 2010. 144 p. (Mestrado). Programa de Pós-Graduação Engenharia Ambiental, Universidade Federal de Ouro Preto

BATISTA JR., O. A. Minas Gerais pós-colonial? “Minérios com mais justiça”. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 109, p. 437-470, 2014.

BRIDGE, G. Global Production Networks and the Extractive Sector: governing resource-based development. **Journal of Economic Geography**, v. 8, n. 3, p. 389-419, 2008.

CARVALHO, L. N. D. Análise da Ação dos Sindicatos dos Trabalhadores da Mineradora Vale S.A. na Região Sudeste Brasileira. **Textos & Debates**, n. 23, p. 91-114, 2014.

CASTELLS, M. **A Sociedade em Rede. A Era da Informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

DE SOUZA, M. D. R. G. **Da Paciência à Resistência: conflitos entre atores sociais, espaço urbano e espaço de mineração**. São Paulo: Aderaldo & Rothschild Editores, 2007. 173 p.

DE SOUZA, M. D. R. G.; SOUZA E SILVA, M. D. G. Itabira - Vulnerabilidade Ambiental: impactos e riscos socioambientais advindos da mineração em área urbana. XIII Encontro da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP), 2002, Ouro Preto. p.1-17.

DIÁRIO DE ITABIRA. **Metabase faz protesto na porta da Câmara**. Diário de Itabira. Itabira 2015a.

_____. **Sete Décadas de Conquistas Históricas**. *Diário de Itabira*. Itabira. Caderno Especial: 1-8 p. 2015b.

DICKEN, P. 'Destroying Value': environmental impacts of global production networks. In: DICKEN, P. (Ed.). **Global Shift: mapping the changing contours of the world economy**. 6th. London: Sage, 2011a. cap. 15, p.454-474.

_____. Transnational Corporations: the primary 'movers and shapers' of the global economy. In: DICKEN, P. (Ed.). **Global Shift: mapping the changing contours of the world economy**. 6th. London: Sage, 2011b. cap. 5, p.109-168.

DNPM. **Arrecadação CFEM, Ano: 2014**. 2014.

FERREIRA, C. R. D. A. Entrevista realizada por MILANEZ, B. e SANTOS, R. S. P. D. 2015.

FJP. **Produto Interno Bruto de Minas Gerais 2012**. Fundação José Pinheiro, 23 p. 2013

GONZAGA, C. E. Entrevista realizada por MILANEZ, B.;SANTOS, R. S. P. D., *et al.* 2015.

HALL, P. A.; SOSKICE, D. **Varieties of Capitalism: the institutional foundations of comparative advantage**. New York: Oxford University Press, 2001. 540 p.

HARVEY, D. **Os Limites do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.

HEIDENREICH, M. The Social Embeddedness of Multinational Companies: a literature review. **Socio-Economic Review**, v. 10, n. 3, p. 549-579, 2012.

HENDERSON, J. et al. Redes de Produção Globais e a Análise do Desenvolvimento Econômico. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 143-170, 2011.

HESS, M. 'Spatial' Relationships? Towards a reconceptualization of embeddedness. **Progress in Human Geography**, v. 28, n. 2, p. 165-186, 2004.

HOMMEL, T.; GODARD, O. Contestação Social e Estratégias de Desenvolvimento Industrial. Aplicação do modelo da Gestão Contestável à produção industrial de OGM. In: (Ed.). **Organismos Geneticamente Modificados**. Belo Horizonte: Del Rey, 2005. p. 251-284.

METABASE ITABIRA. **Informativo Metabase Forte. Não vale agredir os trabalhadores, chega de demissões**. METABASE ITABIRA, n. 4. 2015.

MILANEZ, B.; SANTOS, R. S. P. D. **A Rede Global de Produção (RGP) do Minério de Ferro: empresas, Estado e agentes de contestação**. XVI Congresso Brasileiro de Sociologia. Salvador, 2013.

MINAYO, M. C. D. S. **De Ferro e Flexíveis: marcas do Estado empresário e da privatização na subjetividade operária**. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2004. 458 p.

NEVES, A. Entrevista realizada por VÁRIOS. 2012.

PANTUZA, F. M. G. Entrevista realizada por MILANEZ, B.;SANTOS, R. S. P. D., *et al.* 2015.

PINCH, T.; SWEDBERG, R. **Living in a material world: economic sociology meets science and technology studies**. The MIT Press, 2008. 403 p.

PROVÍNCIA ECLESIASTICA DE MARIANA. **Relatório Síntese do Primeiro Encontro da Província Eclesiástica de Mariana sobre o Meio Ambiente**. 36 p. 2014

_____. **Ata da Reunião da Província Eclesiástica de Mariana.** Itabira: Província Eclesiástica de Mariana. 3 p. 2015.

RAMALHO, J. R.; SANTOS, R. S. P. D.; LIMA, R. J. D. C. Estratégias de Desenvolvimento Industrial e Dinâmicas Territoriais de Contestação Social e Confronto Político. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 5, p. 175-200, 2013.

REIS, L. **Vale investirá R\$ 3 bi e ficará mais 25 anos em Itabira.** *Hoje em Dia*, 2012.

REIS, R. L. G. **Vale foca no aproveitamento dos itabiritos para ampliar produção em MG.** *Brasil Mineral*. São Paulo: Signus. XXXI: p. 52-56, 2014.

SANTOS, R. S. P. D. Redes de Produção Globais (RPGs): contribuições conceituais para a pesquisa em Ciências Sociais. **Revista Pós Ciências Sociais**, v. 8, n. 15, p. 127-142, 2011.

SOVACOO, B. K. Reconfiguring Territoriality and Energy Security: global production networks and the Baku–Tbilisi–Ceyhan (BTC) pipeline. **Journal of Cleaner Production**, v. 32, p. 210-218, 2012.

SUPRAM/LM. **Parecer Único: Vale/Mina do Cauê - Serra do Esmeril - Unidade de Tratamento Minerário.** SUPRAM/LM, 30 p. 2010

VALE. **Nossa História 2012.** Verso Brasil, 2013. 417 p.

_____. **Relatório Anual 2014.** Vale, 260 p. 2015

WILSON, J. D. **Governing Global Production: Resource networks in the Asia-Pacific steel industry.** London: Palgrave Macmillan, 2013.